

1 A Instituição e suas operações

A Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX, organizada nos termos do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, sob a forma de associação civil mutualista, de acordo com as Leis nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, e nº 7.750, de 13 de abril de 1989, e demais disposições legais, regulamentares e disciplinadoras do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, tem por objetivo permanente: captar, incentivar e disseminar a poupança, propiciando ou facilitando a aquisição e construção de casa própria aos seus associados. A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército - FHE.

A POUPEX é uma Instituição sem finalidade lucrativa e, por esse motivo, é isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre as rendas geradas pela sua atividade fim, conforme disposto no art. 7º do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966. Os rendimentos e ganhos líquidos, auferidos em aplicações financeiras, são tributados exclusivamente na fonte à alíquota de quinze por cento, calculada sobre vinte e oito por cento do valor dos referidos rendimentos e ganhos líquidos, conforme disciplinado no art. 57 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

A Caderneta de Poupança POUPEX tem o processamento realizado pelo Banco do Brasil S.A. mediante convênio estabelecido entre as partes, envolvendo a abertura, a manutenção e a movimentação das contas, com o apoio da sua rede de agências e terminais representados por sua capilaridade comercial no País. Deste modo, as atividades relacionadas ao produto Poupança POUPEX são conduzidas com o apoio da estrutura física e tecnológica do Banco do Brasil S.A. e, portanto, as demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto. Conforme consta no Estatuto da POUPEX, o Banco do Brasil S.A. ocupa uma cadeira de participação permanente no Conselho de Administração. Todos os associados poupadores da POUPEX possuem necessariamente conta poupança estabelecida junto ao Banco do Brasil S.A. para fazer frente às movimentações.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

a. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). A demonstração do valor adicionado (DVA), requerida pela legislação societária brasileira apenas para as companhias abertas, está sendo apresentada espontaneamente pela POUPEX em conjunto com as demonstrações contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS em inglês). Os pronunciamentos aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e que são aplicáveis à POUPEX são os seguintes: CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico; CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro; CPC 24 – Evento Subsequente; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião de 23 de março de 2017, e não há eventos subsequentes a serem divulgados.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil dos bens do imobilizado (nota explicativa nº 12), a provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 8), a provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (nota explicativa nº 16), valorização de instrumentos financeiros (nota explicativa nº 6), provisão para perdas do FCVS (nota explicativa nº 7) e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado segundo o critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

b. Caixa e equivalentes de caixa

O total de caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados a partir da data da aplicação (nota explicativa nº 4).

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (nota explicativa nº 5).

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam nas categorias abaixo, observada a regulamentação contida na Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001. A Instituição não possui títulos mantidos para negociação na data base das demonstrações contábeis (nota explicativa nº 6).

i. Títulos mantidos até o vencimento

São os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderada a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

ii. Títulos disponíveis para venda

Podem ser vendidos pontualmente a partir do comportamento do cenário econômico, porém sem a intenção de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos intrínsecos reconhecidos nas demonstrações de resultado e os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido – “Ajuste de Avaliação Patrimonial – Títulos Disponíveis para Venda” – até a sua realização por venda. A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes, formais, objetivos, verificáveis e transparentes. Abaixo, apresentamos a metodologia de apreamento dos títulos disponíveis para venda:

ii.1 Fundos de investimentos

A carteira está representada, em sua maioria, por títulos públicos federais e seus valores de mercado são definidos por critérios da Administração do Fundo de Investimento, respeitando as determinações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como as orientações da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

ii.2 Títulos CVS

A metodologia de precificação consiste na apuração do valor presente do fluxo de caixa futuro, descontado pela “curva de cupom de TR” divulgada diariamente pela BM&FBovespa.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados *pro rata temporis*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período. Esses títulos possuem previsão de pagamento mensal de juros e amortização de principal.

As perdas permanentes com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como resultado com títulos e valores mobiliários.

e. Relações interfinanceiras e provisão para perdas

Estão demonstrados pelo valor principal, atualizados pelas rendas e encargos incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais (nota explicativa nº 7).

Provisão para perdas sobre os créditos do SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais: A provisão para perdas relativas à opção pela novação dos créditos do FCVS, considerada suficiente pela Administração, é calculada levando em consideração o histórico de perdas informado pela administradora do fundo (Caixa Econômica Federal) durante os estágios do procedimento de novação (nota explicativa nº 7.c).

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos juros e atualização monetária, incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). A classificação das operações com atraso superior a 14 dias são tratadas como operações em curso anormal. A norma permite a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do art. 4º, da norma citada, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 (nota explicativa nº 8).

g. Despesas antecipadas

Correspondem à parcela paga antecipadamente pelos direitos e serviços a serem recebidos, cujo benefício será incorrido em períodos futuros (nota explicativa nº 10).

h. Investimentos

Referem-se à participação societária, onde não há nenhum tipo de influência significativa, e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável (nota explicativa nº 11).

i. Imobilizado de uso

Registrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear, com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 12 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

j. Intangível

Registrado pelos gastos incorridos deduzidos da amortização acumulada, calculada mensalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 13.

k. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Imparidade

Os ativos sujeitos à depreciação e amortização são revisados ao final de cada período de reporte para verificar se há alguma indicação/evidência de redução ao *valor recuperável*.

Uma perda por redução ao *valor recuperável* é reconhecida pelo valor ao qual o *valor contábil* do ativo excede seu *valor recuperável*.

Este último é o valor mais alto entre o *valor justo* de um ativo menos os custos de venda e o *valor em uso*. Não houve indicativos de evidência de redução ao *valor recuperável* dos ativos não financeiros.

l. Ativos contingentes e provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Estão reconhecidos com base na avaliação e na estimativa de risco de perda das ações judiciais e dos processos administrativos, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível. Atualmente, não há ativos contingentes registrados nas demonstrações contábeis da Instituição.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, consubstanciado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança (nota explicativa nº 16).

m. Demais ativos e passivos

Estão demonstrados pelo valor de custo, atualizados pelos encargos e juros incorridos até a data do balanço, com base no critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

a. Composição geral

	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades	15	13
Caixa	15	12
Depósitos bancários	0	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez / títulos e valores mobiliáriosⁱ	2.335.235	2.029.482
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.335.250	2.029.495

i - Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM consideradas como equivalentes de caixa:

Título	Emissor	31/12/2016	31/12/2015
CDI	Banco do Brasil S.A.	2.329.610	2.023.397
Fundo	BB CP Auto	208	77
Fundo	BB CP 400 mil	94	90
Fundo	BB CP Corporativo RF - CP 10 Milhões	5.323	5.918
Total		2.335.235	2.029.482

A remuneração média anualizada do 2º semestre de 2016 das aplicações financeiras que compõem a carteira da POUPEX foram as seguintes: 14,11% a.a. (14,29 % a.a. no 2º semestre de 2015) para as aplicações no Banco do Brasil indexadas a Taxa Média SELIC (TMS); 14,21% a.a. (11,19% a.a. no 2º semestre de 2015) para os Fundos de Investimento administrados pelo BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BB DTVM).

Considerando o ano de 2016, a remuneração das aplicações financeiras que compõem a carteira da POUPEX foram as seguintes: 14,00% a.a. (13,23% a.a. em 2015) para valores aplicados no Banco do Brasil, indexados a TMS; 14,67% a.a. (13,93% a.a. em 2015) para aplicações indexadas ao CDI, nos demais Bancos, e 15,95% a.a. (10,72% a.a. em 2015) para os Fundos de Investimento administrados pela BB DTVM.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações interfinanceiras estão assim demonstradas:

a. Composição

		31/12/2016	31/12/2015			
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
Não ligadas		2.386.192	2.023.397			
Classificação do Ativo						
Circulante		2.386.192	2.023.397			
Vencimento em dias						
	0-30	31-90	181-365	Total		%
CDI-OVER	2.329.610	-	-	2.329.610		98
CDI-PÓS	56.582	-	-	56.582		2
Total	2.386.192	-	-	2.386.192		100

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (registradas no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários na demonstração de resultados)

	2º Semestre	Exercício	
	2016	2016	2015
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	154.923	291.859	248.397

6 Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os TVM estão assim demonstrados:

a. Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Vencimento em dias	31/12/2016							31/12/2015		
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total			Total		
					Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1-Títulos disponíveis para venda	145.644	-	10.173	89.433	245.250	237.635	(7.615)	132.552	131.234	(1.318)
Títulos públicos	-	-	-	58.310	58.310	50.269	(8.041)	5.814	4.496	(1.318)
CVS	-	-	-	58.310	58.310	50.269	(8.041)	5.814	4.496	(1.318)
Títulos privados	145.644	-	10.173	31.123	186.940	187.366	426	126.738	126.738	-
Cotas de Fundos	145.644	-	-	5.443	151.087	151.087	-	126.738	126.738	-
DPGE	-	-	-	15.312	15.312	15.312	-	-	-	-
LF	-	-	10.173	-	10.173	10.192	19	-	-	-
LFSN	-	-	-	10.368	10.368	10.775	407	-	-	-
2-Títulos mantidos até o vencimento	-	109.017	52.127	408.105	569.249	577.346	8.097	753.784	753.947	163
Títulos públicos	-	-	-	184.444	184.444	186.507	2.063	188.607	187.810	(798)
NTN	-	-	-	184.444	184.444	186.507	2.063	188.607	187.810	(798)
Títulos privados	-	109.017	52.127	223.661	384.805	390.839	6.034	565.177	566.137	960
CRI	-	-	-	626	626	637	11	1.086	1.101	15
LF	-	31.427	47.556	-	78.983	79.081	98	333.102	333.525	423
LFS	-	68.820	-	25.517	94.337	94.820	483	82.090	82.476	386
LFSN	-	-	-	184.303	184.303	189.691	5.388	100.011	100.027	16
DPGE	-	8.770	4.571	13.215	26.556	26.610	54	48.888	49.008	120
Total	145.644	109.017	62.300	497.538	814.499	814.981	482	886.336	885.181	(1.155)

Vencimento em anos	31/12/2016				Total		31/12/2015	
	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por categoria	316.961	381.002	58.226	58.310	814.499	814.981	886.336	885.181
1 - Títulos disponíveis para venda	155.817	15.312	15.811	58.310	245.250	237.635	132.551	131.234
2 - Títulos mantidos até o vencimento	161.144	365.690	42.415	-	569.249	577.346	753.785	753.947

Vencimento em dias	31/12/2016					Total		31/12/2015		
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por carteira	145.644	109.017	62.300	497.538	814.499	814.981	482	886.336	885.181	(1.155)
Carteira própria	145.644	109.017	62.300	497.538	814.499	814.981	482	886.336	885.181	(1.155)

	31/12/2016			31/12/2015		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por carteira	316.980	489.904	806.884	456.341	428.677	885.018
Carteira própria	316.980	489.904	806.884	456.341	428.677	885.018

b. Resumo da carteira consolidada por categoria

	31/12/2016		31/12/2015	
Por categoria				
Títulos disponíveis para venda	237.635	29%	131.234	15%
Títulos mantidos até o vencimento	569.249	71%	753.784	85%
Valor contábil da carteira	806.884	100%	885.018	100%
Marcação a mercado mantido até o vencimento	8.097		163	
Valor de mercado da carteira	814.981		885.181	

Os critérios de marcação a mercado dos títulos mantidos até o vencimento, para efeito de divulgação conforme quadros acima são os seguintes (para as demais aplicações, vide nota explicativa nº 3 d.):

Cotas de fundo de investimento

Estão representadas relevantemente por títulos públicos federais, cujos critérios de marcação a mercado, utilizados pelos administradores, são aqueles descritos na nota explicativa nº 3.d.

Operações prefixadas

O valor a mercado de um título prefixado corresponde ao valor de vencimento (valor de resgate) do título trazido a valor presente pelo fator de desconto na data base do balanço (referente à data de vencimento do título) obtido com base na curva de juros prefixadas verificada na BM&FBovespa.

Operações pós-fixadas

O respectivo valor de mercado foi apurado pela variação da taxa do CDI exigido para operação similar na data base do balanço.

c. Resultado bruto de operações com títulos e valores mobiliários (registrado no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários na demonstração de resultados)

	2º Semestre	Exercício	
	2016	2016	2015
Títulos de renda fixa	40.443	92.147	109.087
Rendas de Fundos Mútuos de renda fixa	9.569	20.334	11.563
Total	50.012	112.481	120.650

d. Reclassificação de categorias dos títulos e valores mobiliários

Nos exercícios de 2016 e 2015, não foram efetuadas reclassificações de categorias dos títulos e valores mobiliários.

7 Relações interfinanceiras**a. Composição**

	31/12/2016	31/12/2015
Créditos vinculados	843.131	1.018.179
Banco Central - Recolhimentos obrigatórios	754.268	780.513
SFH - FGTS a ressarcir	60	264
SFH - Fundo de compensação de variações salariais	88.803	237.402
Principal com opção pela novação	134.585	288.879
(-) Encontro de contas - FCVS/FUNDHAB	-	(13.183)
(-) Provisão para perdas	(45.782)	(38.294)
Repasse interfinanceiros		
Devedores por repasses de outros recursos	671.215	671.661
Total	1.514.346	1.689.840
Classificação do ativo		
Circulante	754.328	780.777
Não circulante	760.018	909.063
Total	1.514.346	1.689.840

b. Banco Central – Recolhimentos obrigatórios

Esta rubrica registra os valores de recolhimentos obrigatórios de depósitos de poupança na forma da Resolução CMN nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010, e Circular BACEN nº 3.093, de 1º de março de 2002. A base de cálculo da exigibilidade de encaixe obrigatório sobre recursos de depósitos de poupança corresponde à média aritmética da soma dos saldos inscritos na conta 6.2.1.00.00-3 APE – Recursos de Associados Poupadores. A exigibilidade de encaixe obrigatório é apurada aplicando-se a alíquota de 24,5% (vinte e quatro e meio por cento) observado o disposto no § 5º do art. 5º da Circular citada. O recolhimento obrigatório realizado pela POUPEX observa, ainda, as orientações emanadas pela Circular BACEN nº 3.757, de 28 de maio de 2015 e Circular BACEN nº 3.794, de 15 de junho de 2016, que trata da dedução para financiamento de imóveis no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

c. SFH – Fundo de compensação de variações salariais

Registra as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, junto às instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional, firmados com

mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação – SFH. A novação é efetuada entre o credor e a União, nos termos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000. O saldo do FCVS é de R\$ 134.585 (R\$ 275.696, em 31 de dezembro de 2015).

A provisão para perdas no montante de R\$ 45.782 (R\$ 38.294, em 31 de dezembro de 2015) é calculada para fazer frente às perdas decorrentes do processo de habilitação dos créditos com cobertura pelo FCVS, nos termos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura dos riscos decorrentes da não realização de parte destes créditos, não existindo expectativa de perdas adicionais (nota explicativa nº 3.e).

A base da Provisão é constituída da seguinte forma:

Situação da carteira

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A habilitar (i)	33.865	35.913
Habilitados e não homologados (ii)	3.924	1.832
Habilitados, homologados e em discussão (iii)	35.861	32.478
Habilitados e homologados (iv)	29.877	181.845
Negativa de cobertura (v)	30.075	25.857
Contratos novados (vi)	232.196	49.603
Outros	983	943
Total	<u>366.781</u>	<u>328.471</u>

- (i) Representa os saldos de contratos sujeitos à apreciação para serem habilitados.
- (ii) Representa os saldos de contratos habilitados junto à Administradora do FCVS que ainda não foram analisados pelo FCVS.
- (iii) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS. Há uma diferença no montante de R\$ 13.857 (R\$ 12.508 a menor, em 31 de dezembro de 2015) a menor em relação aos respectivos saldos contábeis na POUPEX, para cujos contratos estão sendo impetrados recursos com solicitação de revisão para a Administradora do FCVS, objetivando aproximar os valores apurados pelo FCVS aos da POUPEX. O referido valor de diferença encontra-se integralmente provisionado.
- (iv) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS, cujos valores apurados, com base na análise realizada, foram validados pela POUPEX.
- (v) Representa os saldos de contratos habilitados pela Administradora do FCVS que estão sem ressarcimento em decorrência da negativa de cobertura por parte do FCVS.
- (vi) Representa os saldos dos contratos evoluídos com os juros da novação da dívida, prevista na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

d. Encontro de contas – FCVS/FUNDHAB

Refere-se aos débitos relativos às contribuições trimestrais (não pagas e/ou pagas a menor) e mensais (pagas a menor) ao FCVS, a serem liquidados por prévia compensação, na forma do disposto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, posicionada na data dos saldos devedores de responsabilidade do FCVS, objeto da novação de dívida, conforme definido nos subitens 6.1.5.1, 6.2.5.1 e 6.2.5.2 do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do Fundo de

Compensação de Variações Salariais – MNPO/FCVS. Em dezembro de 2016, com a ocorrência da 6ª novação da dívida do FCVS, houve o encontro de contas e o valor foi quitado junto à administradora do FCVS.

e. Repasse interfinanceiro

Decorre do convênio firmado com o Banco do Brasil S.A., em 26 de maio de 1998. O acordo contempla aspectos outros, de interesse recíproco, entre eles o depósito (Repasse Interfinanceiro) de percentual da captação de recursos provenientes da Poupança POUPEX, remunerado com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros – DI.

f. Resultado das aplicações compulsórias e do repasse interfinanceiro

	2º Semestre	Exercício	
	2016	2016	2015
Créditos vinculados ao Banco Central (i)	30.202	59.072	68.068
Juros de encaixe obrigatório	30.202	59.072	68.068
Desvalorização de Créditos Vinculados	(2.383)	(7.488)	(2.816)
Créditos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	15.009	26.576	21.708
Resultado das aplicações compulsórias (i)	42.828	78.160	86.960
Repasse interfinanceiro (ii)	44.229	87.521	80.834
Total	87.057	165.681	167.794

- (i) Registrado no grupo resultado das aplicações compulsórias na demonstração de resultados.
- (ii) Registrado no grupo operações de crédito na demonstração de resultados, de acordo com o Plano Contábil do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, documento nº 8 – Demonstração do Resultado.

8 Operações de crédito

a. Composição da carteira de crédito por modalidade

	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos	11.639	9.267
Empréstimo com garantia imobiliária	11.639	9.267
Financiamentos Imobiliários	1.620.801	1.307.464
Financiamentos – Habitação	1.577.869	1.207.970
Financiamentos – Obras	42.932	99.494
Total da carteira de crédito	1.632.440	1.316.731
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(98.899)	(78.584)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	1.533.541	1.238.147
Classificação do Ativo		
Circulante	257.003	264.377
Não circulante	1.276.538	973.770
Total	1.533.541	1.238.147

b. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas, nos correspondentes níveis de risco e segregado por crédito em curso normal e anormal e operações vencidas e vincendas:
Carteira imobiliária - Operações por curso
Operações em curso normal (*)

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2016
										Total
Vincendas										
01 a 30 dias	5.320	16.002	1.472	25	3	171	6	-	26	23.025
31 a 60 dias	5.277	11.041	1.453	26	3	169	6	-	26	18.001
61 a 90 dias	5.236	10.837	1.435	25	3	168	6	-	25	17.735
91 a 180 dias	15.462	60.049	4.186	75	9	700	16	-	75	80.572
181 a 360 dias	32.159	57.393	7.831	146	18	4.788	32	-	128	102.495
Acima de 360 dias	509.403	487.765	63.281	3.088	769	121.236	834	-	780	1.187.156
Vencidas										
01 a 14 dias	-	752	67	6	2	4	8	-	2	841
Subtotal	572.857	643.839	79.725	3.391	807	127.236	908	-	1.062	1.429.825

Carteira imobiliária - Operações por curso
Operações em curso anormal (*)

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2016
										Total
Vincendas										
01 a 30 dias	-	138	278	247	152	272	75	80	105	1.347
31 a 60 dias	-	137	276	246	151	268	75	79	104	1.336
61 a 90 dias	-	137	275	244	150	265	74	78	102	1.325
91 a 180 dias	-	408	813	726	446	1.946	216	233	298	5.086
181 a 360 dias	-	802	1.585	1.424	858	1.446	420	449	566	7.550
Acima de 360 dias	-	20.868	38.045	36.026	19.753	29.747	10.859	11.077	11.821	178.196
Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	233	185	108	173	33	37	53	822
15 a 30 dias	-	286	202	155	64	64	20	28	28	847
31 a 60 dias	-	-	505	337	142	1.143	53	62	59	2.301
61 a 90 dias	-	-	-	371	147	237	55	58	54	922
91 a 180 dias	-	-	-	162	374	462	184	181	176	1.539
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	179	230	315	448	1.172
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	172	172
Subtotal	-	22.776	42.212	40.123	22.345	36.202	12.294	12.677	13.986	202.615
Total	572.857	666.615	121.937	43.514	23.152	163.438	13.202	12.677	15.048	1.632.440

Carteira imobiliária - Operações por curso

Operações em curso normal (*)

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2015
										Total
Vincendas										
01 a 30 dias	5.056	8.688	702	7	4	179	9	2	98	14.745
31 a 60 dias	5.010	8.529	695	7	4	177	9	2	25	14.458
61 a 90 dias	4.964	8.357	687	7	4	176	9	2	25	14.231
91 a 180 dias	14.623	89.315	2.015	21	13	519	26	6	55	106.593
181 a 360 dias	28.086	71.316	3.828	41	24	1.798	51	12	98	105.254
Acima de 360 dias	408.654	359.401	39.268	1.315	186	118.193	1.075	78	896	929.066
Vencidas										
01 a 14 dias	-	631	64	12	1	4	15	1	17	745
Subtotal	466.393	546.237	47.259	1.410	236	121.046	1.194	103	1.214	1.185.092

Carteira imobiliária - Operações por curso

Operações em curso anormal (*)

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2015
										Total
Vincendas										
01 a 30 dias	-	107	174	208	98	53	54	22	74	790
31 a 60 dias	-	107	171	206	97	52	54	22	69	778
61 a 90 dias	-	107	168	205	96	53	53	21	68	771
91 a 180 dias	-	318	500	598	286	157	157	63	199	2.278
181 a 360 dias	-	630	978	1.121	552	305	304	115	362	4.367
Acima de 360 dias	-	15.992	23.115	26.322	10.913	23.518	6.557	1.871	8.630	116.918
Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	153	198	51	32	15	11	31	491
15 a 30 dias	-	242	165	107	49	18	36	4	13	634
31 a 60 dias	-	-	307	277	98	48	32	13	41	816
61 a 90 dias	-	-	-	284	105	254	26	16	38	723
91 a 180 dias	-	-	-	159	256	200	1.175	45	111	1.946
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	58	135	79	778	1.050
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	77	77
Subtotal	-	17.503	25.731	29.685	12.601	24.748	8.598	2.282	10.491	131.639
Total	466.393	563.740	72.990	31.095	12.837	145.794	9.792	2.385	11.705	1.316.731

(*) Fluxo classificado por faixa de vencimento dos financiamentos e atraso contado a partir da prestação mais antiga em atraso.

c. Receitas de operações de crédito (registradas no grupo operações de crédito na demonstração de resultados)

	2º Semestre		Exercício	
	2016	2016	2016	2015
Empréstimos e títulos descontados	843	1.323	1.146	
Financiamentos	110.175	205.074	156.573	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.272	4.265	3.895	
Total	113.290	210.662	161.613	

d. Composição da carteira por atividade econômica

	31/12/2016	31/12/2015
Setor privado	1.632.440	1.316.731
Indústria	1.457	1.639
Habitação	1.630.983	1.315.092
Total	1.632.440	1.316.731

e. Concentração das operações de créditos

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoas físicas	1.571.344	1.219.798
Pessoas jurídicas	61.096	96.933
Total	1.632.440	1.316.731

	31/12/2016	% da Carteira	31/12/2015	% da Carteira
Maior devedor	28.771	1,76	46.976	3,57
Dez maiores devedores	66.554	4,08	101.079	7,68
Vinte maiores devedores	79.808	4,89	112.438	8,54
Cinquenta maiores devedores	110.688	6,78	140.411	10,66
Cem maiores devedores	152.226	9,33	178.735	13,57

f. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas, nos correspondentes níveis de risco:

Nível de risco	% Provisão	31/12/2016		31/12/2015	
		Valor das Operações	Valor da Provisão	Valor das Operações	Valor da Provisão
AA	-	572.857	-	466.393	-
A	0,5	666.615	3.333	563.740	2.819
B	1	121.937	1.219	72.990	730
C	3	43.514	1.306	31.095	933
D	10	23.152	2.315	12.837	1.284
E (i)	30	163.438	60.203	145.794	54.548
F	50	13.202	6.601	9.792	4.896
G	70	12.677	8.874	2.385	1.669
H	100	15.048	15.048	11.705	11.705
Total		1.632.440	98.899	1.316.731	78.584

(i) Por determinação do Banco Central do Brasil, na data-base de 31 de maio de 2013, a POUPEX reclassificou os contratos “desequilibrados” que se encontravam nos níveis “AA” até “D” para o nível “E” tendo em vista a aplicação de percentual médio histórico de descontos concedidos pela Administração da Instituição sobre os contratos desequilibrados. Além disso, ainda de acordo com a determinação do Banco Central do Brasil, os contratos “desequilibrados” classificados nos níveis de risco “F” a “H” foram reclassificados para o nível de risco “E”, desde que não apresentassem atraso que justificasse a permanência nesses níveis de risco, observadas as determinações do inciso I e do § 2º do art. 4º da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

g. Movimentação das contas de provisões sobre operações de liquidação duvidosa e créditos baixados como prejuízo

	2º Semestre		Exercício	
	2016	2016	2016	2015
Saldo no início	(87.543)	(78.584)	(67.433)	
Transferências para prejuízo	17.102	27.461	25.822	
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	(10.523)	(17.386)	(27.251)	
Provisão constituída líquida de reversões	(17.935)	(30.390)	(9.722)	
Saldo no final	(98.899)	(98.899)	(78.584)	
Classificação no ativo				
Circulante	(10.085)	(10.085)	(6.370)	
Não circulante	(88.814)	(88.814)	(72.214)	
Total	(98.899)	(98.899)	(78.584)	

h. Outras informações

Contratos desequilibrados

A carteira de crédito da POUPEX possui na data base de 31 de dezembro de 2016 o montante aproximado de R\$ 150.077 (R\$ 147.021, em 31 de dezembro de 2015) de saldo devedor de contratos de operações de financiamento imobiliário com característica de desequilíbrio financeiro, ou seja, contratos em que a soma das prestações vinculadas às operações não são suficientes para a amortização integral do saldo devedor, remanescendo, ao final da operação, parcela a amortizar, em razão de situações impostas por legislação. A provisão sobre o montante da parcela chamada “desequilibrada” obedece à determinação do Banco Central do Brasil.

Quando computadas as operações em prejuízo com característica de “desequilíbrio”, o estoque de saldo em 31 de dezembro de 2016 passa a ser de R\$ 215.125 (R\$ 217.418, em 31 de dezembro de 2015). O montante da provisão em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 59.534 (R\$ 59.350, em 31 de dezembro de 2015).

A provisão para os créditos classificados no Nível E é de 37,75%, conforme determinação do Banco Central. A provisão dos demais níveis é calculada de acordo com os percentuais definidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Créditos Renegociados	2º Semestre	
	2016	2015
Saldo no início (i)	47.874	39.119
Recuperados do prejuízo (ii)	626	1.635
Transferidos para prejuízo (iii)	(607)	(773)
Renegociados (iv)	18.978	6.014
Liquidados (v)	(468)	(440)
Juros incorporados (vi)	1.518	1.327
Valores amortizados (vii)	(867)	(724)
Saldo no final (viii)	67.054	46.158

Onde:

- (i) **Saldo Anterior** – Corresponde ao saldo da referência anterior (1º semestre 2016).
- (ii) **Recuperados do Prejuízo** – Corresponde ao saldo das operações que estavam em prejuízo na referência anterior e que foram recuperadas por pagamento ou refinanciamento no último exercício.
- (iii) **Transferidos para Prejuízo** – Corresponde ao saldo das operações historicamente refinanciadas e que por reincidir na inadimplência foram transferidos para prejuízo no último exercício.
- (iv) **Renegociados no Período** – Corresponde ao saldo das operações refinanciadas no último exercício.
- (v) **Liquidadas no Período** – Corresponde ao saldo das operações liquidadas no último exercício.
- (vi) **Juros Incorporados e Valores Amortizados** - Correspondem à diferença de saldos entre a referência anterior e atual.
- (viii) **Saldo Atual** - Corresponde ao saldo da referência atual.

9 Outros créditos**a. Composição do grupamento**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Rendas a receber	232	201
Diversos	71.229	52.831
Adiantamento e antecipações salariais	2.617	2.601
Adiantamentos para pagamento de nossa conta	197	215
Devedores por depósitos em garantia	6.889	4.840
Pagamentos a ressarcir	1.486	1.506
Devedores diversos – País	60.040	43.669
Total	71.461	53.032
Classificação do ativo		
Circulante	63.736	47.154
Não circulante	7.725	5.878
Total	71.461	53.032

Rendas a receber

Registra os juros sobre capital próprio e os dividendos a receber provenientes de investimentos.

Adiantamentos e antecipações salariais

Registra os adiantamentos e antecipações concedidos aos empregados da Instituição.

Adiantamentos para pagamento de nossa conta

Registra os adiantamentos concedidos a empregados, Agências, Escritórios Regionais e Postos para despesas administrativas.

Devedores por depósitos em garantia

Registra os depósitos decorrentes de exigências legais para interposição de recursos trabalhistas, mutuários e outros.

Pagamentos a ressarcir

Refere-se a valores a serem ressarcidos à Instituição referentes a seguros, programa de apoio à educação e outros.

Composição - Devedores diversos – País

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Sistema PEX/Poupança Livre - Não Sujeitas a Compulsório	9.623	-
Consignações a receber de terceiros	14.300	12.511
Complemento de prestações a receber	3.405	3.214
Valores a receber da FHE	32.608	27.692
Outros	104	252
Total	<u>60.040</u>	<u>43.669</u>

Sistema PEX/Poupança Livre – Não sujeitas a compulsório

Refere-se a valores de poupança que ainda não sensibilizaram a conta de poupança da Instituição. Destaca-se neste item movimentação valorizada, no valor de R\$ 9.623, considerada na competência, em consonância com as normas legais, a serem baixadas até o segundo dia útil do mês posterior.

Consignação a receber de terceiros

Refere-se a valores consignados de prestações imobiliárias e de prêmio de seguro que ainda não sensibilizaram a conta corrente da Instituição.

Complementos de prestações a receber

Registra a diferença apurada entre os valores devidos e os valores pagos das prestações imobiliárias pelos mutuários.

Valores a receber da FHE

Registra o valor de responsabilidade da Fundação Habitacional do Exército sobre o custo de pessoal da POUPEX e de processamento de dados.

10 Outros valores e bens**a. Composição**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Outros valores e bens	3.959	3.225
Bens não de uso próprio	4.096	2.954
Material em estoque	340	528
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(477)	(257)
Despesas antecipadas	9	10
Total	<u>3.968</u>	<u>3.235</u>
Classificação do ativo		
Circulante	349	538
Não circulante	3.619	2.697
Total	<u>3.968</u>	<u>3.235</u>

Bens não de uso próprio

Registra os bens de propriedade da Instituição, recebidos em dação em pagamento, arrematação ou adjudicação de financiamentos habitacionais.

Material em estoque

Registra o valor de material de expediente adquirido para estoque.

Despesas antecipadas

Registra os pagamentos antecipados de seguros e garantias estendidas.

Provisão para desvalorização de outros valores e bens

Registra o valor da provisão da não venda dos bens registrados na conta “bens em regime especial” após esgotados os prazos regulamentares de prorrogação e leilão.

11 Investimentos

Refere-se à participação acionária de 9,0905% na Companhia Brasileira de Securitização – CIBRASEC, no valor de R\$ 7.810, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015. A POUPEX não possui nenhum tipo de influência significativa nessa investida.

O montante apropriado de juros referente à participação acionária na CIBRASEC em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 350 (R\$ 319, em 31 de dezembro de 2015).

12 Imobilizado de uso

Imobilizado	Taxa de depreciação - %	Custo	Depreciação	Exercício	
				2016 - líquido	2015 - líquido
Imobilizações em curso	0	740	-	740	2.191
Edificações	4	8.513	(1.454)	7.059	5.165
Móveis e equipamentos de uso	10	5.499	(2.656)	2.843	2.998
Sistema de comunicação	20	807	(449)	358	412
Sistema de processamento de dados	20	24.818	(13.693)	11.125	12.243
Sistema de transportes	20	890	(321)	569	747
Total		41.267	(18.573)	22.694	23.756

Imobilizado	Exercício 2016				
	Saldo inicial 31/12/2015	Aquisições	Baixas/ Transferência	Depreciação	Saldo final 31/12/2016
Imobilizações em curso	2.191	740	(2.191)	-	740
Edificações	5.165	-	2.191	(297)	7.059
Móveis e equipamentos de uso	2.998	360	(38)	(477)	2.843
Sistema de comunicação	412	91	(10)	(135)	358
Sistema de processamento	12.243	2.824	(6)	(3.936)	11.125
Sistema de transporte	747	-	-	(178)	569
Total	23.756	4.015	(54)	(5.023)	22.694

Exercício 2015

	Saldo inicial 31/12/2014	Aquisições	Baixas/ Transferência	Depreciação	Saldo final 31/12/2015
Imobilizações em curso	-	2.191	-	-	2.191
Edificações	5.418	-	-	(253)	5.165
Móveis e equipamentos de uso	2.849	617	(27)	(441)	2.998
Sistema de comunicação	344	224	(27)	(129)	412
Sistema de processamento	7.223	8.612	(16)	(3.576)	12.243
Sistema de transporte	408	806	(300)	(167)	747
Total	16.242	12.450	(370)	(4.566)	23.756

O índice de imobilização na POUPEX em relação ao patrimônio de referência é de 5,45%, em 31 de dezembro de 2016 (6,59%, em 31 de dezembro de 2015), sendo o limite máximo de 50% definido pelo BACEN.

13 Intangível

Refere-se a aquisição de licenças de uso de *softwares* e de sistemas. A amortização é efetuada no prazo de 36 a 60 meses.

Exercício 2016

	Saldo inicial 31/12/2015	Adições	Baixas	Amortização	Saldo Final 31/12/2016
Licenças de uso <i>Softwares</i> e Sistemas	19.671	8.793	(1.735)	(2.877)	23.852

Exercício 2015

	Saldo inicial 31/12/2014	Adições	Baixas	Amortização	Saldo Final 31/12/2015
Licenças de uso <i>Softwares</i> e Sistemas	10.861	11.058	-	(2.248)	19.671

14 Depósitos a prazo

As obrigações inscritas em "Depósitos a Prazo", no valor de R\$ 702.668, em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 609.191, em 31 de dezembro de 2015), compreendem os Depósitos Especiais, compostos pelo Fundo das três Forças: Exército, Marinha e Aeronáutica (remuneração é vinculada à taxa DI e TR mais juros de 6,5% a.a.) e da Fundação Habitacional do Exército – FHE (remunerado pela TR mais juros de 6,5% a.a.). Esses recursos são depositados nos termos dos arts. 13 a 15 da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980. Esses depósitos não possuem prazo de vencimento e sua liquidez é diária.

	2º Semestre	Exercício	
	2016	2016	2015
Despesas de captação	39.539	74.959	62.497
Depósitos especiais	39.539	74.959	62.497

Despesas de captações com depósitos especiais (registradas no grupo operações de captação no mercado na demonstração de resultados).

15 Recursos de aceites e emissão de títulos

a. LCI negociadas junto ao Banco de Brasília S.A.

Foi estabelecido com o Banco de Brasília S.A. (BRB) um acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) com fulcro na emissão de Letras de Crédito Imobiliário (LCI) por parte da POUPEX com respectiva contrapartida na aplicação de CDI-PÓS no BRB (nota 5.a.) lastreado em *netting* (cláusula de compensação nos termos do Art. 368 do Código Civil) como forma de mitigar o risco de crédito a que as Instituições estão sujeitas em decorrência dessa multiplicidade de operações beneficiando ambas as partes.

O acordo POUPEX-BRB está amparado pela Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e no Art. 30 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com respectivo registro na CETIP.

A emissão da LCI em *netting* com o BRB no valor de R\$ 50.000, que ocorreu em 22 de janeiro de 2016, culminou na sua compensação em 23 de janeiro de 2017.

b. LCI negociadas por meio de corretoras

Refere-se a LCIs emitidas pela POUPEX e que estão disponibilizadas ao mercado por meio de corretoras contratadas para negociar os lotes. Os títulos emitidos alcançam o vencimento e, conseqüentemente a disponibilidade para resgate, a partir do 90º dia de sua venda conforme art. 4º da Resolução CMN nº 4.410, de 28 de maio de 2015.

	31/12/2016	31/12/2015
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	167.634	-
Títulos com opção de resgate atingida	55.542	-
Emissão compreendida entre 1 a 90 dias	112.092	-

	2º Semestre		Exercício	
	2016	2016	2015	
Despesas com juros sobre LCI	11.037	14.477	-	
Juros LCI	11.037	14.477	-	

16 Outras obrigações

	31/12/2016	31/12/2015
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	11	20
Fiscais e previdenciárias	35.706	32.977
Diversas	81.559	113.692
Total	117.276	146.689

a. Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados

Registra os Impostos sobre Operações Financeiras (IOF) incidentes sobre empréstimos e financiamentos de imóveis comerciais e outros.

b. Fiscais e previdenciárias

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Impostos e contribuições a recolher (b.1)	12.820	10.671
Provisão para riscos fiscais (b.2)	22.886	22.306
Total	<u>35.706</u>	<u>32.977</u>

b.1. Impostos e contribuições a recolher

Registra os tributos devidos pela Instituição ou retidos na fonte.

b.2. Provisões para riscos fiscais

Diante da declaração de inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, pelo STF, no julgamento do RE nº 390.840-5/MG, foi requerida judicialmente a aplicação dos seus efeitos à POUPEX. Adicionalmente, a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, no art. 79, item XII, revogou esse dispositivo. O pleito encontra-se pendente de julgamento de Recurso Especial perante o Superior Tribunal de Justiça.

Os valores provisionados, observado o prazo de prescrição, e não recolhidos dos tributos relativos à COFINS e ao PIS, com os respectivos acréscimos legais, atingiram em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 22.886 (R\$ 22.306, em 31 de dezembro de 2015).

A POUPEX solicitou no requerimento acima a restituição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, eventualmente recolhidos, ou recolhidos a maior, ou sua compensação com quaisquer tributos ou contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal, caso a decisão seja favorável a esta Instituição.

Os créditos tributários recolhidos, atualizados pela taxa SELIC, referentes à COFINS perfazem o montante de R\$ 103.147 e ao PIS o de R\$ 9.412. Estes valores referem-se a contingências ativas e, por este motivo, não estão registrados no ativo da POUPEX.

c. Diversas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Obrigações com vendedores de imóveis / financiados (c.1)	9.400	33.924
Obrigações por contribuições ao SFH (c.2)	1.153	1.434
Provisão para pagamentos a efetuar (c.3)	42.906	40.323
Provisão para passivos contingentes (c.4)	22.099	25.146
Recursos do FGTS para amortização de financiamentos	645	487
Parcelas de prêmios de seguros diversos a repassar	791	584
Valores transitórios - Sistema PEX (c.5)	-	4.705
Encargos e amortizações recebidas – Financiamentos	2.112	2.159
Valores sob análise – SICOM	1.412	1.621
Valores a repassar a construtoras	19	454
Outros credores	1.022	2.855
Total	<u>81.559</u>	<u>113.692</u>

c.1. Obrigações com vendedores de imóveis / financiados

Registra as importâncias a serem liberadas aos mutuários de acordo com o cronograma da obra referente ao financiamento para construção e a pessoas físicas e jurídicas que venderam imóveis financiados pela Instituição.

c.2. Obrigações por contribuições ao SFH

Registra o valor das contribuições mensais devidas ao Sistema Financeiro da Habitação.

c.3. Provisão para pagamentos a efetuar

Registra os valores relativos a despesas de pessoal, custo por processamento e despesas por competência do mês, devidas aos fornecedores.

c.4. Provisão para riscos trabalhistas e cíveis

A composição dos saldos das provisões é a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
Passivos trabalhistas	2.988	2.069
Poupança	4.327	3.704
Financiamento imobiliário - Ações judiciais	14.508	19.265
Outros	276	108
Total	22.099	25.146

No segundo semestre de 2015, houve uma evolução do saldo de “Financiamento Imobiliário – Ações Judiciais” em razão da revisão do prognóstico de uma ação ajuizada pela massa falida da Construtora Campanário em desfavor da POUPEX. Os últimos julgamentos realizados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) passaram a indicar maior probabilidade de insucesso na lide e, por esta razão, a POUPEX alterou o grau de risco dessa ação de possível para provável, e constituiu provisão conforme previsto pelo Pronunciamento Técnico CPC 25. No segundo semestre de 2016, a POUPEX efetuou pagamento junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na ordem de R\$ 7.920, a favor da massa falida da Construtora Campanário, com a finalidade de encerramento da ação revocatória ajuizada pela massa falida da construtora.

i. Movimentação das provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Contingências	Saldo em 31/12/2015	Movimentação no exercício 2016		Saldo em 31/12/2016
		Entradas	Saídas	
Trabalhistas	2.069	1.268	(349)	2.988
Cíveis	23.077	4.854	(8.820)	19.111
Total	25.146	6.122	(9.169)	22.099

Contingências	Saldo em 31/12/2014	Movimentação no exercício 2015		Saldo em 31/12/2015
		Entradas	Saídas	
Trabalhistas	365	2.105	(401)	2.069
Cíveis	5.349	18.695	(967)	23.077
Total	5.714	20.800	(1.368)	25.146

ii. Comentários sobre a natureza das provisões de riscos trabalhistas e cíveis**ii.1 Provisão para riscos trabalhistas**

Objeto das ações trabalhistas: horas extras e reflexos, diferenças de verbas rescisórias, indenização por dano moral, restituição de descontos de seguro e previdência privada.

ii.2 Provisão para riscos cíveis

A Provisão para Riscos Cíveis está representada por ações ordinárias revisionais de contratos de financiamento imobiliário, ações de consignação e cobrança de expurgos inflacionários de poupança.

d. Passivos contingentes – Risco possível

As demandas classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro 2009. As demandas são classificadas como possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Instituição.

	<u>Quantidade</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Quantidade</u>	<u>31/12/2015</u>
Condomínio	2	18	3	23
Crédito Imobiliário	418	2.027	533	2.443
Empréstimo Simples	18	99	21	166
Fundo de Apoio Moradia - FAM	4	106	3	101
Material de Construção	3 (*)	2	6	11
Poupança	60	879	63	1.041
Trabalhista	5	559	9	869
Outros	4	14	2	31
Total	514	3.704	640	4.685

(*) Processos sem desembolso

Ações – Condomínio

Representam pedidos de pagamento de taxas condominiais vencidas e não pagas pelos mutuários, realização de obras dentro dos condomínios e pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

Ações - Crédito imobiliário

Representam pedidos de revisão de sistema de amortização, índices, recálculo do saldo devedor, aplicação de juros simples, repetição de indébito, não inclusão do nome do mutuário nos órgãos de proteção de crédito, não promover execução extrajudicial, aplicação do Plano de Equivalência Salarial - PES, substituição da TR pelo INPC, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Empréstimo Simples, FAM (produtos da FHE)

Objeto das ações: revisão de contrato, sistema de amortização, nulidade de cláusulas (do seguro de proteção financeira e vencimento antecipado), indenização relativa ao seguro pela invalidez, inversão do ônus da prova, repetição de indébito e pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Material de construção

Objeto das ações: revisão no valor da dívida, exclusão de juros superiores a 12% ao ano, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações – Poupança

Objeto das ações: diferenças relativas aos Planos Econômicos (Plano Bresser, Planos Verão, Plano Collor I e II).

c.5. Sistema PEX/Poupança Livre – Não sujeitas a compulsório

Refere-se a valores de poupança que ainda não sensibilizaram a conta de poupança da Instituição.

17 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da POUPEX é composto dos seguintes itens:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Patrimônio Líquido	5.383.185	5.188.039
Recursos de associados poupadores	4.484.693	4.409.980
Reservas de Resultados	906.107	779.377
Ajustes de avaliação patrimonial	(7.615)	(1.318)

a. Recursos de associados poupadores

Representa os recursos captados por meio da Poupança POUPEX, conforme convênio firmado com o Banco do Brasil e referido na nota explicativa nº 1. Segundo as normas do Banco Central, os depósitos dos poupadores são registrados no grupamento do Patrimônio Líquido e não no Passivo Exigível por se tratar de Instituição de Associação de Poupança e Empréstimo - APE.

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas de captação	174.809	341.199	330.610
Depósitos de Poupança	171.369	334.464	324.039
FGC	3.440	6.735	6.571

Despesas de captações com depósitos de poupança (registradas no grupo resultado de operações com captações no mercado na demonstração de resultados).

b. Reservas de resultados

Trata-se de reserva estatutária cuja finalidade é a de atender a possíveis emergências de ordem financeira e a de compensar as aplicações no imobilizado. O Conselho de Administração, por meio da Resolução nº 002, de 17 de abril de 2001, limitou essa reserva a 30% do valor da poupança. Sua constituição ocorre somente por ocasião do encerramento do exercício, conforme previsto no Estatuto da POUPEX.

c. Ajuste de avaliação patrimonial – TVM

Representa a variação da marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda.

18 Desdobramento de outros itens da demonstração de resultados**a. Outras receitas operacionais**

	2º Semestre		Exercício	
	2016	2015	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	3.339	5.064	5.923	5.064
Reversão de imposto de renda	717	1.434	1.454	1.434
Reversões de ações judiciais	190	1.517	625	1.517
Reversões PIS e COFINS	88	18.328	1.244	18.328
Outras Reversões	202	303	515	303
Outras rendas (*)	6.350	918	6.953	918
Total	10.886	27.564	16.714	27.564

(*) Neste total, o montante de R\$ 5.944 refere-se a estorno de atualização monetária e juros indevidos, em função de divergência nas metodologias de cálculo utilizadas pela POUPEX e a Administradora do FCVS - Caixa Econômica Federal, no encontro de contas das instituições, relativamente ao FCVS.

b. Despesas de pessoal

	2º Semestre		Exercício	
	2016	2015	2016	2015
Salários	36.779	55.835	66.363	55.835
Benefícios	6.929	10.681	13.459	10.681
Encargos sociais	15.679	25.537	29.563	25.537
Treinamentos/estagiários	959	1.384	1.849	1.384
Total	60.346	93.437	111.234	93.437

c. Outras despesas administrativas

	2º Semestre		Exercício	
	2016	2015	2016	2015
Despesas de comunicação	818	1.703	1.900	1.703
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.602	2.629	2.993	2.629
Despesas de material	542	1.018	1.239	1.018
Despesas de processamento de dados	3.230	4.938	6.177	4.938
Despesas de promoções e relações públicas	1.479	2.246	2.153	2.246
Despesas de propaganda e publicidade	4.010	4.868	4.908	4.868
Despesas de publicações	528	480	865	480
Despesas de serviços do sistema financeiro	2.797	6.531	5.799	6.531
Despesas de serviços de terceiros	940	3.576	1.740	3.576
Despesas de serviços técnicos especializados	2.883	4.273	5.620	4.273
Despesas de transporte	232	423	466	423
Despesas de viagens	385	771	745	771
Despesas com indenizações trabalhistas	860	2.341	1.560	2.341
Despesas com uniformes	445	181	531	181
Despesas de copa e cozinha	336	345	645	345
Despesas de consignação	400	633	754	633
Despesas de depreciação/amortização	4.243	6.814	7.900	6.814
Outras	290	568	444	568
Total	26.020	44.338	46.439	44.338

d. Despesas tributárias

	2º Semestre	Exercício	
	2016	2016	2015
IPTU	1	26	26
Imposto de renda	4.587	9.334	8.789
IOF	243	468	416
Taxas	5	42	56
ISS	114	253	229
COFINS	7.787	14.989	12.665
PIS	1.265	2.435	2.058
Atualizações	871	1.736	2.526
Total	14.873	29.283	26.765

e. Outras despesas operacionais

	2º Semestre	Exercício	
	2016	2016	2015
Retomada de imóveis	1.088	2.372	1.581
Contribuições para associações	113	221	201
Atualizações diversas	892	1.976	1.047
Despesas com ações judiciais	3.504	6.176	19.382
Resíduos de prestação/amortização/seguros	16	148	378
Descontos concedidos em renegociação	7.503	13.414	9.313
Despesas de contribuição ao SFH	467	997	986
Provisões para perdas com FCVS	11	54	164
Prejuízo com financiamento/sinistro	212	1.141	484
Outras provisões operacionais	0	1.183	2.530
Complemento/Devolução de prestações	564	564	-
Despesas com imóveis de terceiros	848	1.542	2.883
Outras	684	1.440	1.347
Total	15.902	31.228	40.296

f. Resultado não operacional

	2º Semestre	Exercício	
	2016	2016	2015
Resultados na alienação de valores e bens	2.749	3.804	2.104
Perda líquida de capital	36	40	19
Prejuízos na alienação de valores e bens/permanente	(24)	(54)	(68)
Despesas com provisões não operacionais	(121)	(221)	(9)
Total	2.640	3.569	2.046

19 Partes relacionadas

A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército – FHE, conforme dispositivo previsto na Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980. Nos termos dessa legislação, os administradores da POUPEX são cedidos, designados e remunerados pela Fundação Habitacional do Exército e seus proventos tiveram como base a sua tabela de remuneração até julho de 2016 (Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, art. 1º, § 2º e art. 3º). A partir da folha de Agosto de 2016, os administradores passaram a ser remunerados pelo exercício das atividades desenvolvidas em cada Instituição de forma independente, conforme prevê as alterações ocorridas no Estatuto da FHE, aprovado pelo Comando do Exército e publicado no DOU, de 13 de outubro de 2016.

A POUPEX não concede empréstimos aos membros da Diretoria Colegiada, em conformidade à proibição a todas as instituições financeiras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. As transações com os Administradores estão restritas à manutenção de contas de poupança.

Divulgamos a seguir as transações existentes com a FHE:

- a. Ressarcimento de custos: a POUPEX executa uma série de atividades para a sua gestora Fundação Habitacional do Exército - FHE. Em decorrência disso, a Associação é ressarcida mensalmente dos custos incorridos com a disponibilização de pessoal (exceto Diretoria) e de recursos de processamento eletrônico, na proporção de 64,59% e 91,00%, respectivamente. No exercício de 2016, o montante de ressarcimento foi de R\$ 223.203 (R\$ 195.388, no exercício de 2015).
- b. Depósitos – No grupo de depósito a prazo registram-se os depósitos especiais da FHE remunerados pela TR mais 6,5% ao ano, cujo encargo totalizou, no exercício de 2016, R\$ 8.174 (R\$ 7.932, no exercício de 2015).
- c. Cessão de Crédito – Financiamentos cessão de crédito – Referem-se a financiamentos cedidos. A FHE efetuou operação de cessão de crédito à POUPEX no valor contábil de R\$ 193.528, no exercício de 2016 (R\$ 184.969, no exercício de 2015). Eles decorrem de contratos para aquisição de financiamento imobiliário e foram cedidos pelo valor contábil, registrados em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A transferência abrangeu apenas créditos adimplentes. O risco da operação é de responsabilidade da POUPEX, sendo as provisões calculadas e registradas em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.
- d. Aquisição de CVS – A FHE recebeu do FCVS títulos de CVS em decorrência de novação de créditos. Estes títulos foram registrados na CETIP em nome da POUPEX com autorização jurídica do próprio Tesouro Nacional. A FHE vendeu os títulos recebidos à vista para a POUPEX, com deságio. A aquisição dos títulos CVS desta transação foi na ordem de R\$ 5.413.

Os saldos patrimoniais e de resultado das operações com a Fundação Habitacional do Exército - FHE estão assim resumidos:

	31/12/2016				31/12/2015			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Ressarcimento:	32.608	-	-	-	27.692	-	-	-
Folha de pessoal	28.784	-	-	-	25.868	-	-	-
Custo de processamento	3.824	-	-	-	1.824	-	-	-
Depósito especial	-	-	71.071	-	-	-	68.085	-
FHE	-	-	71.071	-	-	-	68.085	-
Total	32.608	-	71.071	-	27.692	-	68.085	-

Contas de resultado	2º Semestre		Exercício	
	2016		2016	2015
Ressarcimento - pessoal	103.333		194.358	171.738
Ressarcimento - TI	15.980		28.845	23.650
Encargos de captação	(4.448)		(8.174)	(7.932)

As transações com a Instituição de previdência complementar estão divulgadas na nota explicativa nº 20.

20 Benefício a empregados (fundo de pensão)

a. Descrição geral das características do plano

O Plano Misto de Benefícios POUPREV estrutura-se na modalidade de Contribuição Variável, sendo Contribuição Definida para os benefícios programados a conceder e Benefício Definido para os benefícios de risco a conceder. Os benefícios concedidos são vitalícios.

O Plano é patrocinado pela POUPEX - Associação de Poupança e Empréstimo, patrocinador principal e pela POUPREV - Fundação de Seguridade Social, a qual é a administradora e executora do Plano de benefícios em epígrafe, com início em abril de 2000.

Características	Plano Misto de Benefícios POUPREV
Modalidade (consoante à Resolução MPS/CGPC16/2005)	Contribuição Variável - CV
Situação	Ativo/Em funcionamento
Patrocinadores	POUPREV - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL e ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO POUPEX
Tipo de Patrocínio	Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001
Quantidade de Grupo de Custeio	1 (um)
Texto Regulamentar vigente	Última alteração aprovada por meio da Portaria MPS/PREVIC nº 50.041, de 22 de dezembro de 2016

São assegurados pelo Plano os seguintes benefícios:

- Renda de Aposentadoria
- Renda de Aposentadoria por Invalidez
- Renda de Pensão por Morte
- Renda de Abono Anual

Segundo o Plano Anual de Custeio, o Plano Misto de Benefícios POUPREV é financiado por contribuições participantes e patrocinadoras, sendo que estas vêm assumindo o custeio integral dos benefícios de risco (Renda de Aposentadoria por Invalidez e Renda de Pensão por Morte).

b. Avaliação atuarial do benefício pós-emprego

A Avaliação Atuarial do Benefício Pós-Emprego consiste em dimensionar o compromisso e o respectivo custo atuarial gerado pelo Plano Misto de Benefícios POUPREV, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), para o 2º semestre de 2016, considerando os dados e informações disponibilizadas, bem como as hipóteses e parâmetros atuariais definidos pela POUPEX, consubstanciados nos estudos de *Duration* do Passivo, previamente dimensionado pela Consultoria e Assessoria Atuarial - WEDAN, bem como na análise técnica atuarial das demais hipóteses aplicáveis.

b.1 Estatística Descritiva Populacional

Discorreremos, a seguir, sobre a verificação das estatísticas descritivas da massa populacional (participantes, aposentados e pensionistas) vinculada ao Plano Misto de Benefícios POUPREV na data base de 30/11/2016, utilizada nesta Avaliação Atuarial, comparativamente, aquela utilizada na Avaliação anterior, que estava posicionada em 30/11/2016:

Estatística populacional	31/12/2016	31/12/2015
Participantes Ativos	1.293	1.248
Idade Média (anos)	41	40
Participantes Auto patrocinados	9	5
Idade Média (anos)	37	34
Participantes em BPD	2	1
Idade Média (anos)	63	69
Aposentados Válidos	16	17
Idade Média (anos)	70	69
Aposentados Inválidos	9	11
Idade Média (anos)	60	60
Pensionistas (número de beneficiários)	17	13
Idade Média (anos)	44	45

b.2 Análise da qualidade da base cadastral

A qualidade de base cadastral utilizada para fins das Avaliações Atuariais é fundamental para a obtenção de obrigações atuariais eficientes e não tendenciosas, sendo a análise desta imperiosa para a mitigação da volatilidade de resultados.

A base cadastral posicionada em 30/11/2016 foi submetida à análise de consistência e suficiência, conforme critérios técnicos pertinentes, sendo que após ratificações da Entidade administradora, julgadas válidas e exatas para fins de Avaliação Atuarial, consoante o Pronunciamento CPC 33 (R1).

b.3 Apuração de *Duration* do passivo

Uma vez validada a base cadastral, a Consultoria e Assessoria Atuarial - WEDAN promoveu a apuração da *Duration* (duração) do passivo do Plano Misto de Benefícios POUPREV, considerando as Hipóteses e Premissas Atuariais adotadas na Avaliação Atuarial, resultando no valor de **12,61** pontos.

Considerando o valor da *Duration* calculada, promovemos a ponderação financeira entre dois títulos com pontuação análoga, conforme informações disponíveis na ANBIMA, em 31 de dezembro de 2016, auferindo a Taxa Real de Juros em **5,69%** ao ano a ser utilizada na presente Avaliação Atuarial.

c. Hipóteses e premissas atuariais

As Hipóteses e Premissas Atuariais correspondem a instrumentos financeiros, estatísticos e demográficos utilizados pelos atuários para medir o valor presente das obrigações e deveres futuros, considerando desde as probabilidades decrementais (eventos de morte, sobrevivência, morbidez, invalidez e desligamento), até a expectativa de rentabilidade futura, projeções salariais, ambiente inflacionário, dentre outros, observado o que determina o Pronunciamento CPC 33 (R1).

Os cálculos atuariais inerentes a um plano de benefícios regido com características de Benefício Definido - BD têm como base as Hipóteses e Premissas Atuariais, que envolvem, independentemente do método atuarial de capitalização utilizado, projeções futuras acerca dos parâmetros acima elencados, devendo estes estarem adequados às características do conjunto de participantes/assistidos e ao respectivo Regulamento, conforme legislação previdenciária aplicável.

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

Apresentamos a seguir as Hipóteses e Premissas Atuariais utilizadas nesta Avaliação Atuarial, comparativamente a aquela realizada no exercício de 2015:

Hipóteses e premissas atuariais	31/12/2016	31/12/2015
Elegibilidade	Primeira elegibilidade	Primeira idade
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização
Método de financiamento	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado
Composição familiar		
Ativos	Hx (EXP. POUPEX 2015)	Hx (EXP. POUPEX 2015)
Aposentados	Cadastro individual	Cadastro individual
Crescimento real de salários	3,52%	3,71%
Taxa de rotatividade	GAMA - ROT	GAMA - ROT
Taxa real anual de juros	5,69%	7,22%
Taxa de inflação projetada	4,96%*	6,94%
Taxa anual de juros	10,93%	14,66%
Expectativa de retorno dos ativos financeiros	10,93%	14,66%
Tábua de entrada em invalidez	MÜLLER	MÜLLER
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 M (Agravada em 100%)	AT-49 M (Agravada em 100%)
Tábua de mortalidade geral	RP-2000 M&F	RP-2000 M&F
Índice de atualização	INPC	INPC
Principais hipóteses atuariais	31/12/2016	31/12/2015
Crescimento real de salários	3,52%	3,71%
Taxa real anual de juros	5,69%	7,22%
Tábua de mortalidade geral	RP-2000 M&F	RP-2000 M&F

* Projeção BACEN – Séries Temporais – 06/01/2017

d. Demonstrativo técnico de resultado

Em conformidade com o Pronunciamento CPC 33 (R1), o Plano Misto de Benefícios POUPEX está segregado em Benefício Definido - BD e Contribuição Definida – CD, conforme a seguir apresentado:

Exercício - 2016			
Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações atuariais	(41.297)	(199.504)	(240.801)
Ativo justo	70.344	199.504	269.848
(Deficit) / Superavit	29.047	-	29.047
Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições normais	1.673	6.511	8.184
Contribuições administrativas	34	130	164
Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	1.707	6.641	8.348
Exercício - 2015			
Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações atuariais	(29.960)	(144.837)	(174.797)
Ativo justo	58.306	144.837	203.143
(Deficit) / Superavit	28.346	-	28.346
Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições normais	1.753	5.439	7.192
Contribuições administrativas	36	111	147
Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	1.789	5.550	7.339

d.1 Conciliação dos ativos do plano

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor do ativo justo no início do período	64.339	57.304
Receita de juros dos ativos	4.355	4.207
Contribuições do patrocinador	1.673	1.752
Benefícios pagos	(1.161)	(959)
Ganhos / (Perdas) sobre o ativo justo	1.138	(3.998)
Valor do ativo justo no final do período	70.344	58.306

d.2 Conciliação do valor presente da obrigação em BD

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor da obrigação atuarial no início do período	(34.791)	(34.863)
Custo de juros líquido	(2.484)	(2.643)
Custo do serviço corrente líquido	(1.786)	(1.967)
Benefícios pagos	1.161	959
Ganhos / (perdas) sobre a obrigação atuarial	(3.397)	8.553
- Ganhos / (perdas) decorrentes da experiência	(1.945)	3.894
- Ganhos / (perdas) decorrentes de mudanças biométricas	-	-
- Ganhos / (perdas) decorrentes de mudança financeira	(1.452)	4.659
Valor da obrigação atuarial no final do período	(41.297)	(29.960)

d.3 Conciliação do efeito do teto do ativo (*asset ceiling*)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor do Efeito do Teto do Ativo no início do período	(29.548)	(22.441)
Receita de Juros sobre o Teto do Ativo	(1.871)	(1.565)
Ganhos / (Perdas) sobre o Teto do Ativo	2.372	(4.340)
Valor do Efeito do Teto do Ativo no final do período	(29.047)	(28.346)

d.4 Reconhecimento na DRE da patrocinadora

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Custo do serviço corrente líquido	(1.786)	(1.967)
- Custo do serviço corrente líquido	(1.786)	(1.967)
Custo de juros líquido	-	-
- Custo de juros da obrigação	(2.484)	(2.643)
- Receita de juros dos ativos	4.355	4.207
- Juros sobre o teto do ativo	(1.871)	(1.564)
Total a ser reconhecido	(1.786)	(1.967)

d.5 Reconhecimento em outros resultados abrangentes

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ganhos / (perdas) sobre o ativo justo	1.138	(3.998)
Ganhos / (perdas) sobre a obrigação atuarial	(3.397)	8.553
- Ganhos / (perdas) decorrentes da experiência	(1.945)	3.894
- Ganhos / (perdas) decorrentes de mudanças biométricas	-	-
- Ganhos / (perdas) decorrentes de mudança financeira	(1.452)	4.659
Ganhos / (perdas) sobre o teto do ativo	2.372	(4.340)
Total a ser reconhecido	113	215

d.6 Reconhecimento no balanço da patrocinadora

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo justo do plano	70.344	58.306
Valor presente da obrigação de benefício definido	(41.297)	(29.960)
Superavit / (Deficit) do plano	29.047	28.346
Efeito do teto do ativo	(29.047)	(28.346)
Status da obrigação de benefício definido	-	-
Resumos dos lançamentos	31/12/2016	31/12/2015
Passivo / Ativo reconhecido no início do período	-	-
Despesa do período (DRE)	(1.786)	(1.967)
Outros resultados abrangentes (ORA)	113	214
Contribuições do patrocinador (CAIXA)	1.673	1.753
Passivo / Ativo reconhecido no início do período	-	-

d.7 Apuração do ativo justo do plano

	31/12/2016	31/12/2015
Realizável	4.700	3.439
Títulos públicos	138.684	84.357
Créditos privados e depósitos	47.270	41.972
Fundos de investimentos	76.892	69.815
Empréstimos	23.075	18.814
Exigível operacional	(3.672)	(2.437)
Fundo previdencial	(15.634)	(11.612)
Fundo administrativo	(4.700)	(3.439)
Fundo de investimentos	(2.572)	(2.063)
Ajuste para mercado	5.805	4.297
Ativo justo total	269.848	203.143
Parte-BD	70.344	58.306
Parte-CD	199.504	144.837

d.8 Categorias de investimentos dos ativos

	31/12/2016	31/12/2015
Realizável	1,62%	1,57%
Títulos públicos	47,72%	38,63%
Crédito privados e depósitos	16,27%	19,22%
Fundos de investimentos	26,46%	31,97%
Empréstimos	7,94%	8,61%

d.9 Política de investimento dos ativos

A POUPEX (Entidade administradora do Plano de Benefícios) aplica os recursos financeiros do Plano Misto de Benefícios POUPEX em conformidade com a Política de Investimentos para o quinquênio 2017 - 2021, com revisão anual.

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos buscam garantir a segurança, solvência, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos patrimoniais e passivo do Plano, bem como evitar exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos do Plano de Benefícios.

A Política de Investimentos segue os ditames da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, tendo como *benchmarks* o indexador do Plano INPC acrescido de 4,50% ao ano, referente aos juros reais do Plano de Benefícios.

Por fim, a Política de Investimentos analisou todos os riscos e adotou as melhores práticas na gestão dos recursos financeiros do Plano.

d.10 Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua Biométrica		Crescimento Salarial		Taxa de Juros		Posição de 31/12/2016
	+ 1 Idade	- 1 Idade	0,25%	-0,25%	0,25%	-0,25%	
Montantes do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	(41.542)	(41.109)	(41.711)	(40.897)	(40.279)	(42.360)	(41.297)
Valor justo dos ativos do plano	70.344	70.344	70.344	70.344	70.344	70.344	70.344
Superavit / (Deficit) técnico do plano	28.802	29.235	28.633	29.447	30.065	27.984	29.047

As análises de sensibilidade acima são baseadas em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos, o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada no final do período) foi aplicado como no cálculo das responsabilidades com o plano reconhecido nesta demonstração de posição financeira do final do período.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observada alteração nos parâmetros de taxa de desconto de 13,09% (06/2016).

d.11 Fluxo atuarial projetado de pagamentos

Considerando os valores dos benefícios esperados a serem pagos sem descontar a valor presente:

	Valores esperados	Posição em 31/12/2016
Até 1 ano:		1.217
De 1 ano a 2 anos:		2.724
De 2 anos a 5 anos:		11.088
Acima de 5 anos:		132.912
Total dos pagamentos esperados pelo Plano a valores atuais:		147.941

Considerando o fluxo de pagamento dos benefícios da parte BD, apurou-se uma *Duration* para o Plano de Benefícios de 12,61 anos (pontos).

d.12 Projeção de Reconhecimento na DRE do Patrocinador para o próximo semestre

	30/06/2017
Custo do serviço corrente líquido	(2.090)
- Custo do serviço corrente líquido	(2.090)
Custo de juros líquido	-
- Custo de juros da obrigação	(2.452)
- Receita de juros dos ativos	4.018
- Juros sobre o teto do ativo	(1.566)
Total a ser reconhecido	(2.090)

d.13 Projeção de Reconhecimento na DRE do Patrocinador para o próximo semestre

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
- Contribuições normais	1.763	6.858	8.621
- Contribuições administrativas	35	137	172
- Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	1.798	6.995	8.793

21 Gerenciamento de Riscos e Capital Regulatório

a. Processo de Gerenciamento de Riscos

A metodologia de gerenciamento de riscos adotada pela Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX inclina-se a considerar o nível de complexidade das operações realizadas, mantendo estrutura suficiente para desenvolver métricas e estudos que fundamentem os testes praticados, com o objetivo de resguardar a Instituição de situações que possam se apresentar, em função de movimentos de mercado e da conjuntura do país.

No contexto institucional, há ambiente favorável para que sejam desenvolvidos monitoramentos acerca das operações realizadas, como também há disponibilização de sistema específico de acesso aos dados necessários para a condução das atividades de gerenciamento de riscos, cujos resultados são evidenciados por relatórios periódicos, sempre disponibilizados à apreciação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração, que formam a Administração Superior da POUPEX e representam a Governança.

A POUPEX conta com a atuação de uma área específica para o gerenciamento dos riscos, denominada Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI, vinculada diretamente ao Diretor de Riscos, representado pelo Vice-Presidente, e apartada das Unidades Técnicas Administrativas – UTA, que representam as Gerências, e da Auditoria Interna. A Instituição é integrante do Sistema Financeiro Nacional – SFN e do Sistema Financeiro Habitacional – SFH.

As diretrizes institucionais são documentadas em políticas e manuais de procedimentos, que são revisados periodicamente para garantir o aperfeiçoamento das metodologias utilizadas e a divulgação por toda a Instituição. As informações relacionadas ao gerenciamento de riscos são disponibilizadas na intranet, no sentido de selar a cultura de transparência das atividades desenvolvidas. Os relatórios de gerenciamento de riscos são aprovados pela Administração Superior e publicados, na sequência, na página da Instituição na internet, em <http://www.poupex.com.br/institucional/gestao-de-riscos>.

A definição dos níveis de riscos aceitáveis pela Instituição está a cargo da Administração Superior, sendo que o Vice-Presidente caracteriza-se como o diretor responsável pelo gerenciamento dos Riscos de mercado, de Crédito, Operacional e o Gerenciamento de Capital, cabendo ao Diretor de Administração responder pelo Risco de Liquidez.

b. Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados. Os Princípios Básicos da gestão de risco de crédito estão na Resolução CMN nº 3.721/09, de 30 de abril de 2009.

O seu gerenciamento consiste na adoção de políticas, normas e procedimentos com o objetivo de identificar, mensurar e monitorar os riscos associados às operações de crédito, assim como a determinação de medidas para mitigar possíveis riscos.

Valendo-se de uma estrutura de informações gerenciais relacionadas às carteiras de financiamento imobiliário e de aplicação financeira, o gerenciamento avalia se as posições da Instituição estão sendo obedecidas, e cumpridos os limites estabelecidos, as leis e os regulamentos aplicáveis, disponibilizando à Administração Superior informações que subsidiem a tomada de decisão.

O acompanhamento desse risco é feito desde sua concessão/contratação, mensalmente até sua liquidação, aumentando a probabilidade de recuperação de possíveis perdas.

Os procedimentos adotados no gerenciamento desses riscos encontram-se consonantes com os regulamentos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – BACEN e as normas internas da Instituição.

c. Risco de Mercado

O gerenciamento consiste em administrar os riscos decorrentes das flutuações dos valores de mercado de posições mantidas pela Instituição. Para a POUPEX, as oscilações podem ser resultantes das variações das taxas de juros e dos índices de preços.

As atividades de mensuração, monitoramento e controle das exposições são realizadas pela CORCI, que tem a responsabilidade de submeter a revisões periódicas os processos de gestão e controle de Risco de Mercado, a fim de mantê-lo alinhado ao mercado e aderente ao processo de melhoria contínua.

O gerenciamento desse risco abrange tanto a carteira disponível para negociação quanto as demais posições, sendo compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição correspondente.

Os procedimentos adotados no gerenciamento desses riscos encontram-se consonantes com os regulamentos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – BACEN e as normas internas da Instituição.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez define as diretrizes e estratégias aplicáveis no monitoramento dos processos internos da POUPEX, com o propósito de garantir a adequada administração dos riscos.

Os Fatores de Risco – FR das operações mantidas pela Instituição são sujeitas às variações das taxas prefixadas referenciadas em TR, CDI, SELIC, IPC-A e IGP-M, que são calculados de acordo com o estabelecido pelo BACEN. Assim, os principais riscos de mercado assumidos concentram-se em renda fixa.

O controle desse risco é realizado com base na segregação por Fatores de Riscos - FR das operações mantidas pela Instituição. As técnicas de gerenciamento e mensuração de riscos variam conforme a classificação dos instrumentos financeiros em carteira de negociação ou de não negociação.

Para apuração do risco da carteira de negociação são utilizadas as metodologias definidas pelo Órgão Regulador. Todavia para a carteira não disponível para negociação utiliza-se o Fluxo de Caixa Descontado, contudo os testes de estresse são os estipulados pelo BACEN.

Devido à característica conservadora de administração de recursos, a POUPEX não opera com ativos de maior risco, mantendo a exposição ao risco de mercado reduzido.

d. Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não honrar eficientemente suas obrigações, esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O processo de gerenciamento do Risco de Liquidez é realizado com base no comportamento do fluxo de caixa e no monitoramento do resultado de sua disponibilidade, além da realização periódica de testes de estresses.

A POUPEX detém baixo risco de liquidez em função do elevado montante aplicado em operações com disponibilidade imediata, e possui um plano de contingência com procedimentos específicos para fazer frente a eventual caso de crise de liquidez.

O Plano de Contingência, as Normas e Políticas referentes ao Risco de Liquidez são submetidos a revisões periódicas.

e. Risco Operacional

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Este conceito inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Os princípios básicos adotados pela Instituição e aprovados pela Administração Superior, na gestão e controle do risco operacional, foram estabelecidos em conformidade com a Resolução CMN nº 3.380, de 29 de junho de 2006.

A Instituição dispõe de estrutura e políticas que visam, entre outros objetivos, o mapeamento dos processos operacionais e sistêmicos, o mapeamento de controles existentes e análise dos riscos inerentes à análise, comunicação e implantação de planos de ação para melhoria de processos e controles voltados à mitigação dos riscos incorridos, e o cálculo de capital alocado para risco operacional a partir de metodologias estruturadas, baseadas nas práticas de mercado e adequadas às exigências regulatórias, prevendo avaliação e monitoramento por indicadores.

O gerenciamento de Risco Operacional conta com o suporte da Governança, está vinculado ao Sistema de Controles Internos – SCI e possui papéis e responsabilidades bem definidos, de forma a confirmar a segregação entre as atividades de negócio, gestão e controle, o que assegura a independência entre as áreas e, conseqüentemente, contribui para que se encontrem parâmetros equilibrados em relação aos riscos dessa natureza.

A Instituição tem estabelecida Diretriz-Geral da Presidência que orienta para o aprimoramento contínuo dos procedimentos que se vinculam ao gerenciamento de riscos, que é caracterizado pela descentralização das ações executadas pelas áreas de negócio e pelo monitoramento centralizado conduzido pela Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI.

Os eventos de Risco Operacional reconhecidos pela Instituição são aqueles relacionados no § 2º do art. 2º da Resolução CMN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, além de outras categorias que eventualmente mereçam enquadramento diferenciado.

A atuação da estrutura de gerenciamento de Risco Operacional permite a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle, com abordagem em relatório com periodicidade mínima anual. A Política de Gerenciamento de Risco Operacional é disseminada nos diversos níveis da Instituição.

f. Capital Regulatório

A apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) é estabelecida com base nas demonstrações contábeis, observadas as Resoluções CMN nºs 4.192, de 1º de março de 2013 e 4.193, de 1º de março de 2013, e a Circular BACEN nº 3.726, de 06 de dezembro de 2014. O PR é a base utilizada pelo BACEN para definir limites operacionais que devem ser seguidos por todas as instituições financeiras. Ele é composto basicamente pelo somatório do capital de Nível I e do capital de Nível II, com as deduções previstas na citada norma e alterações. De forma complementar, a Resolução CMN nº 4.193, de 1º de março 2013, instituiu os requerimentos mínimos de capital e o Adicional de Capital Principal. Atualmente essas informações são produzidas e encaminhadas ao Órgão Fiscalizador por meio do Documento 2061 – Documento de Limites Operacionais - DLO.

A adequação do PR é verificada constantemente, visando a assegurar a manutenção de sólida base de capital em situações normais ou em condições extremas de mercado, a fim de cumprir os requerimentos regulatórios e garantir a continuidade dos negócios.

A Instituição atende à determinação do Banco Central do Brasil para a manutenção permanente de capital (Patrimônio de Referência) e de adicionais de capital principal (Conservação e Contracíclico) compatíveis com os riscos de suas atividades.

Os riscos são representados pelo Ativo Ponderado pelo Risco (RWA), que é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de Riscos de Crédito, Mercado e Operacional, e está suportado pela regulamentação em vigor, alcançando os registros nas contas ativas, passivas e de compensação.

A POUPEX adotou a Abordagem do Indicador Básico, conforme mensagem eletrônica nº 108048383, transmitida por meio do SISBACEN, em 26 de maio de 2008, como metodologia para a apuração da parcela dos ativos ponderados pelo risco, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWA_{OPAD}).

A seguir apresenta-se o cálculo do Patrimônio de Referência da POUPEX:

Patrimônio de Referência (PR)	31/12/2016	31/12/2015
Base de Cálculo	Exposição	Exposição
Patrimônio de Referência Nível I	892.770	778.059
Capital Principal (CP)	892.770	778.059
Reserva de Resultados	906.107	779.377
Ajuste a Valor de Mercado*	(7.615)	(1.318)
Sobras ou Resultados acumulados	-	-
Contas de Resultado Credoras	-	-
Contas de Resultado Devedoras	-	-
Ajustes Prudenciais II – Ativos Intangíveis	5.722	-
PR Nível I Desconsiderando Ajustes Prudenciais	898.492	-
Capital Principal Ajustado II	904.214	-
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
TOTAL DO PR = Nível I (+/-) Nível II	892.770	778.059

*Somatório dos saldos das contas do Patrimônio Líquido representativas dos ganhos não realizados decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial. O saldo será zero se houve perdas não realizadas. BN: alínea “c”, inc. I do art. 4º da Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal

Os ajustes prudenciais são deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais que podem comprometer a qualidade do Capital Principal, em decorrência de sua baixa liquidez, difícil avaliação ou dependência de lucro futuro para serem realizados.

A partir de janeiro de 2016 a POUPEX passou a deduzir tais ajustes do Capital Principal, aplicando o percentual de 60% sobre os ativos intangíveis, constituídos a partir de outubro de 2013. De acordo com a Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013, esses percentuais corresponderão a 80% em 2017 e a 100% em 2018.

Índice de Basileia:

Conforme as recomendações do Comitê de Basileia, o BACEN estabeleceu limites operacionais a serem observados pelas instituições financeiras, dentre os quais se destacam o Índice de Basileia (IB), Índice de Capital Principal (ICP) e o Índice de Capital Nível I (INI).

A aplicação dos Acordos de Basileia no Brasil foi acompanhada de um maior rigor regulatório relativamente aos padrões internacionais. Desde Basileia I, o fator de ponderação aplicado ao ativo ponderado pelo risco definido pelo BACEN era de 11,0%, enquanto os padrões internacionais sugeriam um valor de 8,0% para este parâmetro (Circular BACEN nº 2.784, de 27 de novembro de 1997).

Com a adoção de Basileia III, o BACEN passou a promover a convergência dos requerimentos aplicados no Brasil aos padrões internacionais, exigindo das Instituições a manutenção de um índice mínimo de Basileia no intervalo de 10,5% a 13,0%. Também foram tratados os seguintes assuntos:

I – metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Para promover essa convergência, o BACEN determinou que o requerimento mínimo de patrimônio de referência convirja, paulatinamente, dos 11,0% atuais para 8,0% a partir de 2019, tendo como contrapartida a introdução, também gradual, de três colchões de capital: de conservação, contracíclico e sistêmico, este último não aplicável a POUPEX. Reunidos numa única rubrica, intitulada adicional de capital principal, estes fatores deverão ter suas alíquotas progressivamente elevadas, de 2016 até 2019.

Os limites mínimos de PR, Capital Principal e Capital Nível I, em linha com o cronograma de implantação dos novos requerimentos de capital, são os seguintes:

Descrição	2015	2016	2017	2018	2019
Patrimônio de Referência – PR*	11,00%	9,875%	9,25%	8,625%	8,00%
Adicional de Capital Principal (ACP)	-	1,25%	2,5%	3,75%	5,00%
ACP-Conservação	-	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
ACP-Contracíclico	-	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
Novo Requerimento de Capital	11,00%	11,13%	11,75%	12,38%	13,00%

* O Patrimônio de Referência, o Capital Principal e o Capital de Nível I da Instituição possuem o mesmo valor.

Os Índices de Capital foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n°s 4.192, de 1º de março de 2013 e 4.193, de 1º de março de 2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, estando distribuído conforme no quadro a seguir:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
	Exposição	Exposição
Índice de Basileia – IB	36,28	19,86
Índice de Capital Principal – ICP	36,28	19,86
Índice de Nível I - INI*	36,28	19,86
Índice de Imobilização	5,45	6,59

Ricardo José Andrade Leite Viana
Diretor de Administração Financeira

José de Castro Neves Soares
Diretor de Crédito Imobiliário

Josiane Rodrigues Neiva
Contadora CRC-DF 009.841/0-7